

Ivana Parrela

# A lógica e o labirinto

As disputas por acervos e as dificuldades para a sua guarda motivaram algumas considerações originais, presentes neste artigo, sobre as políticas de recolhimento e preservação adotadas pelo Arquivo Público Mineiro, de 1910 a 1938.

> Nas duas últimas décadas, os historiadores viram-se obrigados a reavaliar algumas posições sobre a autenticidade de documentos, assim como sobre seus modos de tradição (diplomática), normas de descrição e critérios de guarda nos arquivos. A partir da chamada “explosão documental” – ocorrida no final do século XX –, a extrema reprodutibilidade dos documentos produzidos em meio eletrônico e a falta de políticas claras sobre como esses acervos devem ser preservados tornaram-se foco de discussão.

Nesse sentido, os historiadores têm revisitado, criticamente, alguns conjuntos documentais e frisado a importância de se conhecer o contexto em que foram produzidos, como elemento necessário à própria produ-

ção historiográfica. Outra preocupação recorrente diz respeito à necessidade de, no trabalho de pesquisa, confrontar diversos tipos documentais como forma de permitir a visualização – sob vários ângulos e discursos – de um mesmo objeto, nem sempre conservado. Além disso, as políticas de recolhimento dos acervos nas instituições arquivísticas têm sido reconhecidas, cada vez mais, como necessárias à constituição de séries que permitam comparações para períodos mais longos. Contudo, tais políticas também vêm sendo bastante questionadas.

Na primeira metade do século XIX, o Arquivo do Império mantinha a lógica de tratamento documental dos tempos coloniais portugueses, com a adoção da



Prédio situado na rua da Bahia esquina com rua Gonçalves Dias, em Belo Horizonte, onde funcionou a Chefia de Polícia, o Ginásio Mineiro e o Arquivo Público Mineiro. Fotografia de Herculano de Souza/Casa Haas & Clemence, 1913-1915. BELLO HORIZONTE BILHETE POSTAL: Coleção Otávio Dias Filho. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997. 203 p. (Coleção Centenário)

política do sigilo, ou do segredo de Estado, como característica marcante desse modelo arquivístico. Segundo Costa, seu “principal objetivo era guardar e preservar a documentação legislativa, administrativa e histórica [...] com a finalidade, sobretudo, de subsidiar o Estado [...]”. O Arquivo estará voltado para dentro do Estado<sup>1</sup>, o que não excluía uma política de pesquisa ou acesso.

No caso do Arquivo Público Mineiro (APM), qual teria sido a lógica de recolhimento documental e de seu arranjo? Quais eram as relações que se estabeleciam entre a construção de identidades nacionais e regionais, presente na produção de intelectuais como Xavier da Veiga, com suas trajetórias no seio do Estado, e o perfil das instituições que eles ajudaram a criar?

Definidas tais questões, pretendemos apresentar, neste artigo, alguns resultados preliminares de sua pesquisa de doutorado, que visa, essencialmente, discutir as políticas públicas de cultura voltadas para o tratamento do patrimônio documental; analisar os critérios utilizados na definição do que teria valor permanente; e identificar os agentes responsáveis por esses recolhimentos.

### Política de recolhimento

No âmbito do Estado, a partir da criação do APM, reconhece-se a preocupação em estabelecer uma rotina que contemplasse a captação de documentos e objetos nos seus diversos órgãos e, por intervenção do governador, nas câmaras municipais e em órgãos públicos de outras esferas.

A lei de criação do Arquivo Público Mineiro<sup>2</sup> estabelecia como suas competências: conservar documentos, “papéis ou objetos”; e recolher, “até que a criação de um museu [...], quadros e estátuas, mobílias, gravuras,

estofos, bordados, rendas, armas, objetos de ourivesaria, baixos relevos, esmaltes, obras de cerâmica de quaesquer manifestações da arte no Estado, desde que tenham valor propriamente artístico ou histórico.”<sup>3</sup> No entanto, o Museu Mineiro, tal como existe hoje, só seria constituído na década de 1980, a partir do recolhimento de parte do acervo que o Arquivo Público Mineiro vinha guardando desde 1895, deixando para trás as suas pretensões enciclopédicas.

Esse trabalho seria feito com o auxílio de funcionários que exerciam outras funções, como os fiscais de rendas do Estado, que também deveriam auxiliar na identificação e recolhimento de acervos em suas andanças pelos municípios. Além disso, o APM deveria criar uma rede de correspondentes para a *Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM)* – lançada logo após a sua institucionalização, em 1896 –, que supostamente seriam responsáveis pela captação de acervos em cidades do interior e pela produção das memórias locais.

Nota-se a preocupação com a conservação do acervo documental, embora ela não se estendesse à consulta, assunto que era pouco discutido em Minas Gerais na época. Célia Costa revela que, no século XIX, as concepções de documento e arquivo remontam ao processo de construção de uma nova idéia de nação por parte de políticos e intelectuais que criaram o Arquivo Público do Império e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Partindo de uma concepção positivista e fiel ao espírito cientificista da época, entendia-se que “o documento assume o significado e a dimensão de prova empírica, tornando-se fundamental para a construção da história nacional e para a legitimação do Estado [...] daí a importância de se criar uma instituição que tivesse como função reunir e guardar os documentos comprobatórios desse Estado”<sup>4</sup>. A partir de 1910, a política de recolhimento do APM



Sala do casarão do Arquivo Público Mineiro em 1958, vendo-se quadros da Pinacoteca do Estado criada pelo presidente Antônio Carlos em 1928, com destaque para a tela *A Mãe Notícia* de Belmiro de Almeida, 1897. APM-5-013 (14).

esteve bastante atrelada às relações pessoais dos seus diretores, no que tange tanto aos documentos quanto aos objetos tridimensionais, embora não possam ser negligenciados os diversos apelos em cartas circulares a várias repartições do Estado e a particulares para o envio de documentos públicos<sup>5</sup>, especialmente as câmaras, cartórios etc.

Num desses casos, o diretor Francisco Peixoto de Moura encarregou Galdino Brasileiro da “missão [...] de examinar e fazer recolher para o Arquivo Público Mineiro os papéis e livros reputados mais importantes como documentos históricos existentes nos arquivos das câmaras municipais de Sabará [...] e Caeté”.<sup>6</sup> Além disso, seguindo o exemplo do governo federal, que

enviara correspondentes a Portugal para fazer a transcrição de documentos de interesse do país, o diretor contratou, em 1918, os serviços de Miguel Mello, para transcrever, no Rio de Janeiro, documentos importantes para o APM.

O responsável por esse trabalho sugeriu a transcrição do processo de Tiradentes como tópico prioritário, mas o diretor considerou que “maior serviço e de mais utilidade para o mesmo Estado seria a cópia da coleção completa de cópias mandadas tirar por D. Pedro II de todo o arquivo de documentos que se acham na Torre do Tombo em Lisboa, referente à vida administrativa de Minas desde a sua descoberta e invasões paulistas, isto é, desde sua primitiva organização (consultas do

Conselho Ultramarino e correspondência anexa etc)”<sup>7</sup>.

Na gestão de Moura, doações espontâneas – como a feita por Flávio dos Santos, em 1921, de um *Livro de compromisso da Irmandade das Almas* da Freguesia de N. Sra. do Bom Sucesso do Caeté, de 1713, e de um quadro denominado *Acayaca*<sup>8</sup> – eram comuns, assim como as doações solicitadas a terceiros. Tal é o caso do acervo composto por mapas, cartas hidrográficas e plantas que estava em poder de Mendes Pimentel, em 1912.<sup>9</sup>

Nelson de Senna constitui outro bom exemplo de como, no início do século XX, a atuação dos correspondentes da *RAPM* foi indispensável ao crescimento do acervo do Arquivo. Em suas viagens ou acionando a sua rede de relacionamentos, esse intelectual recolhia documentos em vários suportes para subsidiar suas pesquisas pessoais e acabava por doar boa parte desse acervo ao Arquivo. Citam-se, por exemplo, “machados de índios encontrados no mato por lavradores [...] e dois estribos que haviam pertencido aos Lobos”, potentes importantes nas proximidades da Fábrica Cedro, doados por Antonino Mascarenhas a Nelson de Senna, em 1921, e repassados por este ao museu do Arquivo.<sup>10</sup>

O mesmo pesquisador chegou a assumir o compromisso de representar o Arquivo Nacional, em 1911, como seu agente auxiliar. Como ressalta o próprio diretor daquele Arquivo, “o cargo de agente é honorífico, [...] e tem por fim a busca e aquisição de documentos históricos, originais ou cópias autenticadas que se acham arquivadas em conventos, arquivos estaduais, municipais, cartórios, tais como as correspondências com a metrópole, bandos, correspondências com diversas autoridades, sesmarias, processos políticos, etc, à exceção dos que se referem a repartições federais que deverão ser remetidos para esta repartição”.<sup>11</sup> Com relação aos recolhimentos, na série documental

*Francisco Soares Peixoto de Moura* (1910 a 1922), apenas uma das caixas guardadas traz documentos de interesse direto para a arquivística mineira. O pequeno número de papéis e objetos já denotava, então, a redução dos recolhimentos feitos. Essa situação iria se repetir na gestão seguinte, de Mário Franzen de Lima, que abrange o período de 1922 a 1936. Em sua longa gestão, esse diretor foi substituído três vezes: por Adolfo Tymburibá, de 1923 a 1926; por Theófilo Feu de Carvalho, 1920 a 1922, 1926 a 1927 e 1933 a 1936; e por Aurélio Pires, de 1927 a 1930. As substituições se deveram ao afastamento do titular, para participar de comissões governamentais e para submeter-se a tratamento de saúde.

Destaca-se entre seus substitutos Theófilo Feu de Carvalho, importante colaborador na discussão sobre a política de acervo do APM e sobre a relevância dos documentos e fatos para a história mineira. Na série seguinte, que corresponde às gestões de Arduíno Bolívar, de 1936 a 1938, também foram encontrados poucos documentos sobre o tema.

### Trajetória de um acervo<sup>12</sup>

Na organização dos serviços da Secretaria da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC)<sup>13</sup>, cumpria à primeira turma cuidar da recepção, do expediente e do arquivo; à segunda, do expediente interno; e à terceira, do expediente externo. A primeira turma tinha a seu cargo o Arquivo Geral dos Papéis da Comissão. A legislação que instituiu a CCNC estabeleceu que o “o arquivo será organizado em coleções correspondentes às diversas divisões por que se acham distribuídos os serviços da Comissão, tendo, além dessas, uma para os papéis diversos, e mais uma destinada à guarda dos documentos [sic]”.<sup>14</sup> Com a organização da Prefeitura da Cidade de Minas –

nome originalmente atribuído à nova capital mineira, que depois viria a se chamar Belo Horizonte –, entre 1898 e 1901, os documentos acumulados pela CCNC e a própria concepção dada ao arquivo foram mantidos pela administração da nova capital (Belo Horizonte), embora, em seus primeiros relatórios, nem seja mencionada a área destinada a essa finalidade.

Em 1911, foram contratados pela Prefeitura os serviços de um amanuense-arquivista, para a organização dos documentos, dada a grande demanda surgida a partir da promulgação de lei federal que permitia contar o tempo de serviços prestados a órgãos oficiais estaduais ou municipais para efeito de aposentadoria. Nessa época, o Arquivo forneceu grande número de certidões a engenheiros e funcionários da CCNC. Tal demanda acabou por estimular outros investimentos no setor, vinculado, agora, à Secretaria da Prefeitura.

Passaram a ser encadernadas as folhas de pagamento da CCNC, visando à manutenção de sua ordem e conservação; iniciou-se a classificação dos documentos, com o que se pretendia dar mais agilidade às consultas e, especialmente, à expedição de certidões, aos crescentes pedidos de cópias de regulamentos de serviços feitos por prefeituras do interior de Minas e de outros Estados.<sup>15</sup>

Em setembro de 1912, o prefeito da capital informou estar concluída a organização do Arquivo Municipal, devidamente ordenados e classificados os diversos papéis e documentos e resumidos os respectivos objetos em índice alfabético geral, com a indicação dos números das prateleiras e pastas onde foram distribuídos, segundo os seus assuntos.<sup>16</sup>

É interessante notar que a proposta de organização da CCNC era arquivisticamente mais coerente: o setor mantinha a ordem dos documentos dada por seus produtores, e a própria organização do arquivo deveria

refletir a organização da Comissão, o que segue um princípio caro à arquivística, consolidado no século XX: o respeito aos fundos ou às unidades de arquivamento.<sup>17</sup> Além disso, essa nova proposta previa também a organização por assunto, estabelecida por um arquivista.

Na década seguinte, o prefeito Octacílio Negrão de Lima disse ver no Arquivo Municipal uma “repartição de considerável importância, como repositório de informações e guarda da tradição administrativa do Município”. Destaca, ainda, o prefeito: “Na pesquisa dos livros e papéis acumulados, separou-se o precioso Arquivo da Comissão Construtora, parte da qual, entretanto, se encontra no Arquivo Público Mineiro, com prejuízo da integridade documental da história administrativa urbana”.<sup>18</sup>

Em 1937, o prefeito citava novamente o acervo, ao tratar dos investimentos no seu tratamento: “Os documentos da Comissão Construtora da Nova Capital, por uma anomalia inexplicável, achavam-se divididos em três partes, das quaes uma se achava na Prefeitura, uma na Secretaria de Interior e outra na da Agricultura. A que se achava nesta foi espontaneamente entregue ao nosso Arquivo pelo Sr. Raul Noronha Sá, então Secretário da Viação. Graças a intervenção de V. Ex., foi também devolvida a parte que se achava no Arquivo Público, ficando assim integrado de posse desta repartição todo o documentário referente à construção da Nova Capital de Minas Gerais [sic]”.<sup>19</sup>

Em 1935, o historiador Abílio Barreto, depois de apresentar-se como primeiro oficial do Arquivo Público Mineiro<sup>20</sup>, assumiu a direção do Arquivo Municipal. Ainda neste cargo, foi convidado a organizar o futuro Museu Histórico da cidade. É interessante analisar o papel do historiador na acumulação desse acervo e, até mesmo, na sua preservação. Em relatórios e memórias,

ele destacava a sua preocupação com o tratamento que os documentos da CCNC vinham tendo nas diferentes instituições que percorrera e, especialmente, com a sua reunião física, num primeiro momento. Exemplo disso pode ser encontrado em seu *Relatório do Arquivo Geral da Prefeitura*, de 1937,<sup>21</sup> cujo posicionamento seria encampado pelo prefeito em seu relatório anual, citado anteriormente.

Não obstante, em 1942, a posição de Barreto já seria contrária, como mostra correspondência enviada ao Sphan, na qual listava os objetos reunidos no Arquivo da Prefeitura que seriam destinados ao Museu Histórico de Belo Horizonte.<sup>22</sup> Nessa lista, destacam-se os documentos da Comissão referentes às obras não executadas e/ou não concluídas. Embora essa posição pareça coerente, à primeira vista, por demonstrar a preocupação de Barreto com o uso que esses documentos ainda deveriam ter para a realização de trabalhos de diversas áreas da Prefeitura, esse critério de seleção representava na prática o abandono das primeiras propostas do historiador, que pretendia manter o acervo reunido.

### Medidas de preservação

Nos anos de 1910, de acordo com relatórios de Francisco Soares Peixoto de Moura<sup>23</sup>, o grande problema relacionado à conservação do acervo do APM era algo muito familiar às instituições arquivísticas, inclusive nos dias atuais: a falta de espaço adequado. Na época, as salas que alojavam o Arquivo e a Seção de Estatística não comportavam nem o movimento do Arquivo. Os livros e papéis achavam-se, em grande parte, amontoados, pois a sala reservada para o APM na Secretaria de Interior, onde a repartição se situava desde a sua transferência para Belo Horizonte, não comportava mais estantes.

O diretor reclamava que o Arquivo não possuía uma sala de reuniões, pois a que havia servia apenas para o

atendimento das consultas. O mobiliário, que era o mesmo desde a criação, consistia em 12 cadeiras austríacas, distribuídas entre o arquivo e a biblioteca. As estantes, tanto do arquivo como da biblioteca, eram verdadeiros “viveiros de parasitas”, de acordo com Moura, constituindo um perigo para os manuscritos e os livros. A biblioteca ficava no gabinete do diretor, e ele achava necessário colocá-la em sala separada, para franqueá-la ao público. As zelosas atividades de conservação desenvolvidas por Antonino R. Romão, guarda do Arquivo, consistiam basicamente na limpeza dos livros. A encadernação desses livros era feita com o apoio da Imprensa Oficial.

É interessante notar que nada era dito, na época, sobre os critérios de agrupamento dos documentos em encadernações, reconhecendo o diretor a necessidade de se organizar um “inventário” do que existia na repartição, assim como de se fazer um catálogo dos manuscritos e livros existentes, de acordo com a “ciência bibliográfica”, para que se pudesse tirar do Arquivo alguma utilidade. Tais afirmações levam-nos a acreditar que o diretor estivesse se referindo a um instrumento geral para a Instituição, já que inventários eram feitos. Marta Neves cita a elaboração de 12 instrumentos de busca para o fundo Secretaria de Governo da Capitania de Minas Gerais, boa parte deles elaborada no período abordado por este artigo.<sup>24</sup>

Em 1914,<sup>25</sup> os problemas de conservação se avolumaram com a chegada de mais documentos. Papéis da Secretaria do Interior, da Câmara de Sabará e de outros órgãos se encontravam em caixotes ou pilhas no chão. Na época, o diretor solicitou autorização para a construção de prédio próprio para o Arquivo, cuja planta já estaria sendo providenciada por repartição competente da Secretaria de Agricultura. Na ocasião, tal solicitação não foi atendida.

Em 1921, no *Relatório sobre o mal estado de conservação do APM e a compra de móveis e utensílios para*



AGO 74

*este arquivo*<sup>26</sup>, Moura oferece um panorama das práticas de arquivamento correntes em outras repartições do Estado. Segundo ele, desde que a capital se instalou em Belo Horizonte, os arquivos de todas as repartições foram montados no segundo andar e outros no primeiro de cada repartição. Com o correr do tempo, a experiência teria demonstrado os inconvenientes de tal prática, dentre eles a patente danificação dos prédios. Isso teria ocorrido na Secretaria de Agricultura, o que fez com que, pouco a pouco, todos os acervos fossem transferidos para o rés-do-chão. Naquele momento, a Secretaria de Finanças, que funcionava no segundo andar do mesmo prédio que o Arquivo, retomou tal prática, o que já acarretava fendas de cerca de cinco centímetros nas paredes e ameaçava destruir o teto, de estuque.

Em 1922, o diretor relatou as melhorias feitas em termos de conservação e segurança do acervo em relatório anexo ao supracitado. Ele havia conseguido ocupar mais três salões e mandado confeccionar estantes para a organização dos documentos e livros da biblioteca. O Arquivo passou, então, no fim de sua longa gestão, a contar com 11 salas. O grande salão onde funcionavam a diretoria e a biblioteca foi dividido com um biombo, e neste novo espaço passou a funcionar o que até então era letra morta na legislação do Arquivo (constante no artigo 21 do seu regulamento): uma verdadeira sala de consulta, sob a fiscalização dos funcionários da casa, que trabalhavam no mesmo espaço, dividido ainda por uma balaustrada que separava os documentos guardados dos usuários. Foram confeccionadas oito mesas, distribuídas pelas áreas de consulta e trabalho, pois até então a manipulação dos livros, folhetos, jornais etc. era feita no assoalho, no chão, em posição tida pelo diretor como "incômoda, indecente e crítica [...] e que não há corpo humano que assim possa permanecer todo o tempo do expediente".<sup>27</sup>

A falta de espaço era o argumento para a venda de documentos como papel velho. Em 1925,<sup>28</sup> o diretor

substituto, Tymburibá, afirmou que no início do mês de maio já tinha obtido autorização do secretário do Interior para vender 733 volumes de documentos de estatística escolar, mapas e boletins relativos ao período de 1907 a 1919, considerados por ele como "desnecessários". Tymburibá voltou a solicitar autorização do mesmo secretário para estender a medida a 163 maços de papéis eleitorais, como atas, apuração e alistamento. Situações como essa se repetiam em várias instituições arquivísticas, sem que critérios de seleção fossem previamente definidos.

A mesma falta de critérios fazia com que o APM recebesse papéis que não se "achavam findos". Em janeiro de 1914,<sup>29</sup> o diretor acabou sendo obrigado a pedir ao secretário do Interior que um lote de 2.875 livros fosse devolvido ao arquivo daquela Secretaria, para revisão e seleção dos efetivamente findos, que deveriam ser separados dos que ainda pudessem ser levados ao expediente. Pedia também que mesmo os livros findos, que seriam postos no chão do Arquivo por falta de espaço, fossem guardados em cômodo da própria Secretaria. Tudo isso contribuiu para a destruição de muitos deles. Esse trânsito fez ainda com que muitos documentos deixassem de ser novamente encaminhados ao APM, perdendo-se como papéis velhos por descaso das repartições.

Em seu relatório de maio de 1928,<sup>30</sup> Aurélio Pires afirmava que, em razão de o Arquivo, situado em prédio na Rua da Bahia, nº. 1863, ter de compartilhar o pequeno espaço com a Junta Comercial, a Primeira Coletoria do Estado e os arquivos da Secretaria de Finanças e da Secretaria do Interior, se via obrigado a recusar a receber papéis e documentos de diversas Secretarias do Estado, por falta de espaço. Pela mesma razão, o diretor ponderava que, apesar de ter retomado a prática inaugurada por Xavier da Veiga, de fazer publicar mensalmente no *Minas Gerais* a relação de todos os donativos feitos ao APM, sua experiência no



Depósitos de periódicos da biblioteca do Arquivo Público Mineiro em 1976. APM-7-006 (12).

trato com a falta de espaço o fazia pensar em abolir tal prática, já que a publicidade dada a essas ofertas, na qual constava o nome do doador, fazia com que entre coisas de real valor fossem enviadas ao Arquivo toda sorte de bugingangas, refugos de bibliotecas e de coleções particulares.

Uma prática citada nesse mesmo relatório para conter as devastações causadas por insetos consistia no uso de inseticidas e em uma limpeza geral feita nos livros, já a partir dessa época com aspirador de pó elétrico<sup>31</sup>. Em 1937, Arduíno Bolívar, ao tratar das ações necessárias a uma reforma no prédio do Arquivo, solicitou ao secretário de Interior providências no sentido de autorizar a remoção dos arquivos da Secretaria de Educação, da Secretaria de Saúde Pública e da Secretaria das Finanças, que ocupavam na época todo o pavimento superior e alas laterais, sem serem caracterizados como de guarda permanente. Tal situação se repetiu no ano seguinte com os documentos da própria Secretaria de Interior<sup>32</sup>.

Outro obstáculo à preservação dos documentos do Arquivo, que iria se reiterar mais tarde, na gestão do diretor Teixeira, eram os empréstimos de documentos. Cita-se como exemplo o empréstimo feito a Thomas Brandão, em outubro de 1910, quando lhe foi emprestado “para fins históricos um livro contendo a carta e o Brasão de Armas do Capitão Francisco Sanches Brandão”, que se comprometia a “devolver logo que conseguisse tirar cópia do desenho constante na mesma, sendo que o registro de devolução não foi localizado neste conjunto até o momento”<sup>33</sup>.

### Perspectivas

A realização de alguns estudos sobre as bibliotecas, compreendendo a constituição de seus acervos e a idéia de coleção desses conjuntos, assim como sobre os métodos e as ferramentas de descrição, poderá bali-



Sala de consulta do Arquivo Público Mineiro. APM - 7-006 (12).

zar trabalhos arquivísticos futuros, não só no APM, mas em outras instituições da área. Um bom exemplo pode ser encontrado nos trabalhos de Christian Jacob<sup>34</sup>, que chama a atenção para o fato de que alguns procedimentos metodológicos para o tratamento das obras impõem uma ordem quase cartográfica ao percurso dos livros. A imagem é pertinente também para a análise dos critérios de arranjo dos acervos documentais.

A própria visualização de um “paradigma de acumulação” nas bibliotecas como forma de racionalização de suas aquisições – conforme trabalho de Marc Baratin<sup>35</sup> – serviu de inspiração para o levantamento da hipótese de que a chave para a compreensão dos recolhimentos, compras e pedidos de doações para o Arquivo poderia ser encontrada na estrutura idealizada por Xavier da Veiga para as suas *Efemérides*.

No caso do Arquivo Público Mineiro (APM), a lógica de seus recolhimentos e arranjo pode ser encontrada na organização da Instituição, atrelada a uma das

principais empreitadas de seu primeiro diretor, Xavier da Veiga: a escrita das *Efemérides Mineiras*. Nesse trabalho árduo de 18 anos, publicado apenas em 1897, o autor, no prefácio, faz várias referências a suas dificuldades para “coligir dados e documentos [...] colhidos em arquivos mais ou menos desordenados”, que seriam posteriormente doados à Instituição.<sup>36</sup> Na “Cronologia mineira”, presente na obra, percebem-se o “empenho patriótico” na construção do trabalho – que ele acreditava ser de utilidade pública permanente para Minas Gerais e os mineiros – e a lógica da constituição do acervo do APM. As *Efemérides* seriam guia para esse arranjo: a ordenação necessária à escrita das efemérides sociais e políticas do Estado, num contexto de ampla discussão sobre a identidade regional e nacional.

Outro tema muito discutido na prática biblioteconômica e museológica, que vem sendo recentemente enfrentado nos arquivos, diz respeito a periodizações. Autores

como Françoise Hildesheimer<sup>37</sup> chamam a atenção para o fato de não se conseguir sequer colocar em questão nos arquivos as periodizações, em função do princípio de respeito aos fundos, consolidado na Europa a partir do século XIX. De acordo com esse princípio, cada conjunto documental se caracterizaria como arquivístico justamente por refletir em sua organização a estrutura do produtor. Os recolhimentos “orgânicos” subseqüentes, que resultam no seu crescimento, configuram a lógica de sua ordenação e cronologia. Que organicidade seria essa em casos como os que nos propomos analisar? Como ela se manifesta em um fundo como o chamado *Seção Colonial* do APM, constituído em fins do século XIX? Qual seria o “princípio lógico” para a pulverização do acervo fiscal setecentista, especialmente a partir da década de 1920, como o da Delegacia Fiscal e o da Casa dos Contos?

Conforme Hildesheimer, o não questionamento desse “princípio” nas pesquisas históricas ainda é pouco analisado. Tal análise deveria ser feita com urgência, pelos impactos significativos que traria para os quadros de classificação dos arquivos. Entendemos que se pode deduzir “sobre a possível e provável influência dessas práticas arquivísticas sobre o acesso aos documentos e sobre as periodizações da pesquisa que elas induzem mais ou menos coincidentemente”<sup>38</sup>.

A aceitação pouco crítica desses critérios de organização e descrição implicaria uma quase sacralização do gesto de arquivar, conferindo uma aura de isenção às escolhas feitas pelos técnicos dessas instituições. Nesse sentido, seria interessante pensar no tratamento dado aos documentos avulsos e encadernados dentro do APM, tanto pelos usuários como pelos próprios técnicos em alguns trabalhos. Isso porque, durante muito tempo, a ausência de um instrumento de pesquisa unificador fez com que os documentos desse conjunto fossem apresentados e utilizados de forma distinta, per-

dendo exatamente a chamada “organicidade” em vários trabalhos.

As discussões sobre a questão da periodização nos museus apontam para problema similar existente nessas instituições, já que as exposições museológicas também acabam por desenhar uma definição de períodos históricos, como aponta Sophie Jugie<sup>39</sup>. Tema que também demanda uma maior discussão sobre as atividades nos arquivos.

#### Notas |

1. COSTA, Célia. *O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 221-222, 2000. Esse artigo resume a tese da autora: *Memória e administração: o Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado brasileiro*, defendida em 1997 no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ). Em suas conclusões ela afirma que a sobrevivência de concepção de arquivo excludente, que não atende o cidadão, vai explicar a criação de uma política nacional de arquivos apenas em 1991, pela Lei n. 8.159.

2. A Lei n. 126, de 11 de julho de 1895, cria na cidade de Ouro Preto uma repartição denominada Archiv Público Mineiro (APM).

3. Lei n. 126, art. 2º.

4. COSTA. *O Arquivo Público do Império...*, p. 223.

5. Cf. modelos de cartas circulares enviadas para diversas repartições, juntamente com o registro das respostas obtidas. Arquivo Público Mineiro/Francisco Peixoto de Moura (APM/FPM), Cx. 1, doc. 2, p. 2; e APM/FPM, Cx. 1, doc. 12; Arquivo Público Mineiro/Mário Franzen de Lima (APM/MFL) Cx. 1, doc. 2. Como exemplo da mobilização de particulares, vale destacar o papel do padre Lucindo José de Souza Coutinho, residente em Santa Bárbara, que da década de 1910 até a de 1940, quando morreu, recolhe acervos para o Arquivo. Cf. APM/FPM, Cx. 1, doc. 10 e sua anotação no verso.

6. Diretor do Arquivo e da Seção de Estatística do Estado de 1910 a 1922. Político, deputado por várias legislaturas, irmão de Raul Soares. Cf. APM/FPM, Cx. 1, doc. 10.

7. Cf. APM/FPM, Cx. 1, doc. 15; e APM/FPM, Cx. 1, doc. 10.

8. Cf. registro da carta de agradecimento em APM/FPM, Cx. 1, doc. 7.

9. Cf. APM/FPM, Cx. 1, doc. 12.

10. Carta de Mascarenhas a Senna, de 14/03/1921, encaminhada pelo destinatário a Feu de Carvalho. Cf. APM/FPM, Cx. 1, doc. 7. Para mais dados sobre a trajetória do pesquisador, consultar o Arquivo Pessoal Nelson de Senna, sob a custódia do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH).

11. Cf. APCBH/Nelson Coelho de Senna (NCS).2 (456), 1911.01.31. No verso do documento consta anotação do pesquisador sobre sua renúncia ao lugar em 30 de junho do mesmo ano.

12. Parte desta pesquisa foi apresentada como comunicação *Comissão Construtora da Nova Capital: a trajetória de um acervo*, no *XIV Encontro Regional de História da ANPUH-MG*, em Juiz de Fora, MG, 2004.

13. Essa Comissão, constituída pelo Estado de Minas Gerais para a construção da nova capital, atuou de 1894 a 1898.

14. MINAS GERAIS. Comissão Construtora da Nova Capital. Instruções regulamentares [n. 1]. Para execução dos serviços a cargo da 1ª Divisão. Publicado em MINAS GERAIS. *Comissão Construtora da Nova Capital. Revista Geral dos Trabalhos: publicação periodica, descritiva e estatística, feita, com autorização do Governo do Estado, sob a direcção do Engenheiro chefe Francisco Bicalho*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts, 1895. v. 2. 261p.

15. BELO HORIZONTE. Prefeitura de Belo Horizonte. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Olynto Deodato dos Reis Meirelles: 16 de setembro de 1911*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1911. p. 23-24.

16. BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Olynto Deodato dos Reis Meirelles: setembro de 1912*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1912. p. 36-37.

17. Um bom parâmetro para os trabalhos arquivísticos nesta época pode ser encontrado no *Manual dos Arquivistas Holandeses*, que tem sua primeira edição em 1898.

18. BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. *Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. governador Benedicto Valladares Ribeiro pelo prefeito Octacilio Negrão de Lima e relatório ao período administrativo de 1935-1936*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1937. p. 32-33.

19. Apesar de o prefeito afirmar que toda a documentação fora reunida no arquivo da prefeitura, sabemos que parte do acervo, pertencente à Secretaria de Agricultura, ainda permaneceu no APM. O arquivo do Estado deveria ser o recolhedor natural do acervo, pois a Comissão foi criada pelo Estado. Existem ainda documentos na Copasa e no Arquivo Aarão Reis, no Museu da República, RJ.

20. Abílio Barreto ocupou esse cargo de 1924 até 1934, quando se aposentou. Cf. trajetória do historiador por meio de Arquivo Privado Abílio Barreto, acervo do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB).

21. MHAB, Abílio Barreto (AB)/DF –1/001.

22. Cf. *Dossiê do Museu Histórico Abílio Barreto*, v. 2, ofício 462, de 20/04/1942, e resposta anexa, de 19/05/1942.

23. Cf. Relatório de atividades do APM, 1911, APM/FPM, Cx. 1, doc. 1.

24. NEVES, Marta E. M. *Em busca da organicidade: um estudo do fundo Secretaria de Governo da Capitania de Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado) - Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

25. Relatório de atividades do APM, 1914, APM/FPM, Cx. 1, doc. 2.

26. Cf. APM/FPM, Cx. 1, doc. 9.

27. Cf. APM/FPM, Cx. 1, doc. 9, p. 2.

28. Cf. APM/MFL, Cx. 1, doc. 14.

29. Cf. APM/MFL, Cx. 1, doc. 21.

30. Cf. APM/MFL, Cx. 1, doc. 20.

31. Cf. documentos referentes à compra do aspirador de pó e sua utilização para limpeza de documentos: APM/MFL, Cx. 1, doc. 24.

32. Cf. APM/AFB, Cx. 1, doc. 3 e 6.

33. Cf. APM/FPM, Cx. 1, doc. 16.

34. JACOB, C. *L'Empire des cartes*. Approche théorique de la cartographie à travers l'histoire. Paris: Albin Michel, 1992.

35. BARATIN, M.; JACOB, C. (Org.). *Le pouvoir des bibliothèques*. Paris: Albin Michel, 1993. p. 14 e 255; POMIAN, K. Coleção. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994. v. 1: Memória-História. p. 51-86.

36. Cf. VEIGA, José Xavier da. *Efemérides Mineiras*. Introdução Edilane Maria de Almeida Carneiro e Marta Eloisa Melgaço Neves. Belo Horizonte: CEHC/FJP, 1998. p. 47. Cronologia, p. 115-116, e doações na Introdução, p. 27-28.

37. HILDESHEIMER, F. Periodisation et Archives. In: PÉRIODES. *La construction du temps historique*. Actes du V<sup>e</sup> Colloque d'Histoire au Présent. Paris: Ed. de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales / Histoire au Présent, 1991. p. 39-46.

38. *Ibidem*, p. 39.

39. JUGIE, Sophie. La construction du temps historique. In: PÉRIODES. *La construction du temps historique*. Actes du V<sup>e</sup> Colloque d'Histoire au Présent. Paris: Ed. de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales / Histoire au Présent, 1991. p. 47-56.

**Ivana Parrela** é mestre em história pela UFMG, doutoranda nessa disciplina pela mesma universidade, desenvolvendo pesquisa intitulada *Entre Arquivos e Museus: políticas públicas para patrimônio documental em Minas Gerais – 1895-1945*. Especialista em organização de arquivos pela Universidade de São Paulo (USP), trabalhou em diversas instituições arquivísticas, especialmente no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, de 1995 a 2006, instituição que dirigiu entre 2001 a 2004. Atualmente, é professora da Universidade Fumec.

